

**Zimbra****000511240728@tre-ba.jus.br**


---

**Re: URGENTE - PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS/DILIGÊNCIAS - PARA COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS - PREGÃO Nº 35-2022**

---

**De :** segnorte@segnorteengenharia.com.br

seg., 01 de ago. de 2022 15:47

**Assunto :** Re: URGENTE - PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS/DILIGÊNCIAS - PARA COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS - PREGÃO Nº 35-2022 2 anexos**Para :** Lúcio Roberto de Oliveira <000511240728@tre-ba.jus.br>

Prezado Sr. Pregoeiro,

Boa tarde,

Em anexo, nossa justificativa de exequibilidade de proposta de preços.

Grato,

Weslem Dias Macêdo Freitas  
Engenheiro Ambiental  
CREA/MG - 338186  
Consultoria em Engenharia  
(38) 99151-8006 Tim

(38) 99936-5678 Vivo/ Whatsapp



Em Sáb, Jul 30, 2022 às 10:41, Lúcio Roberto de Oliveira <000511240728@tre-ba.jus.br> escreveu:

Senhores licitantes representantes das empresas:  
WESLEM DIAS MACEDO FREITAS CNPJ: 11.552.539/0001-70  
SANTOS & FREITAS ENGENHARIA LTDA

ASSUNTO: PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS - DILIGÊNCIAS - PARA COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS OFERTADAS- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35-2022

OBJETO: Pregão Eletrônico, para contratação de serviço técnico profissional especializado em medicina e segurança do trabalho para realizar perícia nas unidades da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia, bem como emitir Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT (em arquivo eletrônico), do qual constem os fatores de risco a que estejam expostos os servidores deste Regional.

Senhores licitantes, em cumprimento à Decisão da Diretoria-Geral deste Tribunal, e com fulcro nas condições 10.6. e 19.7. do edital, diante da expressiva discrepância de valores ofertados, em relação aos valores máximos aceitáveis pela Administração para os oito grupos ofertados no certame licitatório, procederemos à efetuação de diligências no escopo de que seja comprovada a exequibilidade das propostas pelas licitantes vencedoras do certame.

Por oportuno, senhores licitantes, segues excertos da Decisão da Diretoria-Geral deste Tribunal que motivou a solicitação de diligências:

"O presente processo foi encaminhado a esta Unidade Diretiva para avaliação da regularidade do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de serviço técnico profissional especializado em medicina e segurança do trabalho para realizar perícia nas unidades da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia, bem como emitir Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT (em arquivo eletrônico), do qual constem os fatores de risco a que estejam expostos os servidores deste Regional, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 35/2022 (documento n.º [2007891](#)).

Ocorre que, ao analisar o procedimento em questão, verifica-se a expressiva diferença entre estimativa de preços elaborada

pela Administração, no valor total de R\$ 400.858,64 (quatrocentos mil oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), documento n.º [1927682](#), e o valor total adjudicado, conforme Relatório Resultado por Fornecedor, documento n.º [2023909](#), perfazendo o valor total de R\$ 50.741,14 (cinquenta mil setecentos e quarenta e um reais e quatorze centavos).

Quanto à aceitabilidade da proposta, o edital n.º 35/2022 (documento n.º [2007891](#)), estabelece, nos tópicos 10.5 e 10.6:

**“10.5.** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

**10.6.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.”

Assim, em que pese o Pregoeiro ter confirmado junto às licitantes os valores ofertados para os lotes, conforme consta na fl. 822, da Ata, documento n.º [2024048](#), diante da expressiva discrepância de valores, sugerimos o retorno dos autos ao Núcleo de Pregoeiros – NUP, para diligenciar a comprovação da exequibilidade das propostas pelas licitantes vencedoras do certame, retornando em seguida para avaliação da regularidade do procedimento licitatório e demais atos”.

Por oportuno, senhores licitantes, cito, in verbis, as condições do edital que lastrearam esse pedido de diligências:

10.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

19.7. O Pregoeiro ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento

Informo ainda que a manifestação da empresa a essas diligências deve ser encaminhada para este e-mail do pregoeiro.

Por derradeiro, senhores licitantes, com fulcro na supramencionada condição 19.7. do edital, fixamos o prazo de 48 úteis para cumprimento dessas diligências por parte de sua empresa, tendo como termo inicial o dia 01 de agosto e como termo final o dia 02 de agosto de 2022, próxima terça-feira.

Atenciosamente,

Lúcio Roberto De Oliveira  
PREGOEIRO DO TRE-BA

--

Lúcio Roberto De Oliveira  
Técnico Judiciário | SELIC  
7084



**JUSTIFICATIVA DE EXEQUIBILIDADE DE PROPOSTA - WESLEM DIAS MACEDO FREITAS - ME.pdf**

2 MB

---

## **JUSTIFICATIVA DE EXEQUIBILIDADE DE PROPOSTA**

Januária – MG, 01 de agosto de 2022

Ao Exmo Sr.  
Lúcio Roberto de Oliveira  
Pregoeiro

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2022



### **Da Justificativa da Exequibilidade de Proposta**

A proposta apresentada para os grupos 1,5,6,7 e 8 foi no valor total de R\$ 29.759,46 (Vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e seis centavos). **E respeitou todos os requisitos exigidos no edital da licitação.**

Com efeito, a planilha orçamentária (anexo neste documento) justifica o preço proposto, com destaque na margem reduzida de lucro.

Há de se destacar que o objeto, da presente licitação, constitui em contratação de serviço técnico profissional especializado em medicina e segurança do trabalho para realizar perícia nas unidades da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia, bem como, emitir Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT (em arquivo eletrônico), do qual constem os fatores de risco a que estejam expostos os servidores deste Regional.

O próprio termo 'serviço' significa servir uma demanda humana, através de atividade técnica específica intelectual, a prestação de serviço se define como qualquer atividade econômica que supre as demandas do mercado sem abranger **uma mercadoria.**

### **Nestes termos, analisamos os seguintes fatos:**

No entendimento geral, os critérios aritméticos fixados pelo art. 48, do Estatuto das Licitações, não são inflexíveis ou absolutos. A lei estabelece um parâmetro, sendo certo que deverá ser concedida ao licitante a oportunidade para demonstrar que aquela proposta, inicialmente considerada inexequível poderá se converter em exequível, dada a realidade, os custos e o lucro lícito projetado.



Sobre o tema, convém mencionar os ensinamentos de Marçal Justen Filho:

*Não se afigura defensável, porém transformar em absoluta a presunção do § 1º. Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa. A questão é de fato, não de direito. Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular. Essa comprovação poderá fazer-se em face da própria Administração, pleiteando-se a realização de diligência para tanto.*

(...)

*Subordinar o direito do licitante à prévia impugnação ao orçamento apresentado é violar o princípio da isonomia. Todos os demais licitantes estariam advertidos que um outro concorrente irá formular proposta de valor mais reduzido. Estaria comprometida a igualdade dos participantes. **Por outro lado, seria um despropósito imaginar que a omissão ou silêncio dos licitantes tornaria válido orçamento excessivo ou desvinculado da realidade econômica.** Por tais motivos, reputa-se cabível que o particular, ainda que não impugne o valor orçado, defenda a validade de proposta de valor reduzido, mas exequível.*

Acrescenta, ainda o doutrinador, ao interpretar o disposto no art. 48, II e § 1º, a e b, da Lei 8.666/93, in verbis:

### **5.1) A distinção entre inexecutabilidade absoluta (subjettiva) e relativa (objetiva).**

*Discorda-se do entendimento de que todas as hipóteses de inexecutabilidade comportam tratamento jurídico idêntico. Ao contrário, deve impor-se uma diferença fundamental, destinada a averiguar, se a proposta pode ou não ser executada pelo licitante, ainda que seu valor seja deficitário. A questão fundamental não reside no valor da proposta, por mais ínfimo que o seja – o problema é a impossibilidade de o licitante executar aquilo que ofertou.*



*A formulação desse juízo envolve uma avaliação da capacidade patrimonial do licitante. Se ele dispuser de recursos suficientes e resolver incorrer prejuízo, essa é uma decisão empresarial privada. Sob esse ângulo, chega a ser paradoxal a recusa da Administração em receber proposta excessivamente vantajosa.*

*5.2) A imposição constitucional: admissibilidade de benefícios em prol do Estado.*

*Enfim, seria inconstitucional o dispositivo legal que vedasse a benemerência em prol do Estado. Impor ao Estado o dever de rejeitar proposta gratuita é contrário à Constituição. Se um particular dispuser-se a aplicar seus recursos para auxiliar o Estado, auferindo remuneração irrisória não pode ser vedado por dispositivo infraconstitucional. Cabe admitir, portanto, que o Estado perceba vantagens e benefícios dos particulares.*

*(...)*

*7) A natureza das regras dos §§ 1º e 2º.*

*Por tudo que se disse, as regras contidas no § 1º autorizam mera presunção relativa da inexequibilidade. Essa é a única interpretação cabível, sob pena de reintroduzir-se, disfarçadamente, a licitação de preço-base. Uma formulação hipotética evidencia os riscos produzidos através da inovação legislativa.*

*Suponha-se que diversos licitantes tenham (indevida reprovavelmente) realizado composição para obter vitória em uma licitação. Poderiam valer-se da regra § 1º para obter uma fórmula destinada a excluir outros licitantes. Fariam o seguinte: produziram a participação de inúmeros licitantes, todos com propostas próximas do valor orçado. Isso permitiria presumir que o limite da inexequibilidade passaria a ser 70% do referido valor. Logo, os licitantes cartelizados formulariam propostas próximas a isso. Todos os que tivessem propostas menores seriam excluídos do certame.*

*Como é vedado licitação de preço-base, não pode admitir-se que 70% do preço orçado seja o limite absoluto de validade das propostas. Tem que reputar-se, também*





por isso, que o licitante cuja proposta seja inferior ao limite do § 1º disporá da faculdade de provar à Administração que dispõe de condições materiais para executar sua proposta. Haverá uma inversão do ônus da prova, no sentido de que se presume inexequível a proposta de valor inferior, cabendo ao licitante o encargo de provar o oposto.

Neste contexto, a WESLEM DIAS MACEDO FREITAS ME, é detentora sim, de uma situação peculiar, pois como demonstra na planilha orçamentária, anexada neste documento, o engenheiro e proprietário da empresa atuará diretamente na execução do objeto, a estrutura organizacional que a empresa dispõe é diferenciada.

A estratégia comercial da WESLEM DIAS MACEDO FREITAS ME é clara. A empresa opta pelo lucro mínimo nos seus trabalhos e acredita que o portfólio (acervos técnicos) é mais importante e dá maior visibilidade no mercado, além de acreditar que os acervos técnicos poderão render lucro maior em futuras contratações.

Assim em cena dialética, o consagrado exercício do contraditório e da ampla defesa, até mesmo porque trata-se de uma questão de fato e não de direito e a interpretação da lei deve ir além da literalidade do seu texto, não sendo viável proibir a Administração Pública de realizar uma contratação mais vantajosa e segura, objetivo primordial do procedimento.

Há que se destacar também que o disposto no artigo 48 da lei 8.666/93, deve ser analisado com extrema cautela, a fim de não implicar em manifesto prejuízo aos cofres públicos por conta de desclassificação de proposta nitidamente mais vantajosa para à Administração Pública.

Anexo à este documento: planilha orçamentária e declaração de exequibilidade.

No caso de persistirem eventuais dúvidas ou para prestar quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, a empresa WESLEM DIAS MACEDO FREITAS, coloca-se à inteira disposição.



Januária – MG, 01 de agosto de 2022

WESLEM DIAS  
MACEDO  
FREITAS:0579038068  
9

Assinado de forma digital  
por WESLEM DIAS MACEDO  
FREITAS:05790380689  
Dados: 2022.08.01 15:32:48  
-03'00'

Weslem Dias Macedo Freitas  
CPF. 057.903.806-89  
Administrador

## DECLARAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2022

A empresa WESLEM DIAS MACEDO FREITAS - ME, CNPJ: 11.552.539/0001-70 sediada na Praça Getúlio Vargas, 77, sala 01, Centro, Januária – MG, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) Weslem Dias Macedo Freitas, portador(a) da Carteira de Identidade nº 13.052.951 e do CPF nº 057.903.806-89. **DECLARA** a exequibilidade da proposta para executar os serviços nas condições exigidas no respectivo documento de referência.

Januária – MG, 01 de agosto de 2022

WESLEM  
DIAS  
MACEDO  
FREITAS:057  
90380689

Assinado de forma  
digital por WESLEM  
DIAS MACEDO  
FREITAS:057903806  
89  
Dados: 2022.08.01  
15:29:49 -03'00'

WESLEM DIAS MACEDO FREITAS - ME  
CNPJ: 11.552.539/0001-70  
Weslem Dias Macedo Freitas  
CPF. 057.903.806-89

## PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2022

**ORÇAMENTO PREVISTO: R\$ 29.759,46**

**DESPESAS PREVISTAS: R\$ 23.163,77**

**LUCRO PREVISTO R\$ 6.595,69**

Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Hospedagem	35,00	200,00	7000,00
2	Combustível (10.856 Km) Aproximadamente	833 Lts	6,20	5164,60
3	Alimentação (02 refeições por dia )	34,00	40,00	1360,00
4	Imposta da NF 4.5 % Simples Nacional	1,00	1,00	1339,17
5	Despesa de escritório	1,00	2500,00	2500,00
6	Taxas (ART, pedagio, estacionamento e etc)	1,00	1500,00	1500,00
7	Mão de obra	1,00	3150,00	3150,00
8	Depesa para avaliação quantitativa	1,00	800,00	800,00
9	Despesa de café/lanche	40,00	15,00	350,00
				<b>23163,77</b>
<b>Valor Total: 23.163,77 (Vinte e tres mil cento e sessenta e tres e setenta e sete centavos</b>				

Elaborado por : Weslem Dias Macedo Freitas Me/ Segnorte Engenharia

---